

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

AOS ACIONISTAS

A administração da Costa Oeste Transmissora S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2012, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A EMPRESA

Constituída em 05 de outubro de 2011 com o propósito específico de implantação, operação e exploração comercial das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6E do Edital do LEILÃO nº 04/2011-ANEEL que originou o contrato de Concessão do serviço Público de Transmissão de Energia nº 001/2012 - ANEEL, datado de 12 de janeiro de 2012, compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na Subestação Casacavel Oeste e término na Subestação Umuarama; pela Subestação Umuarama com transformação 230/138 kV - 300 MVA; e respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná.

SISTEMA DE TRANSMISSÃO

O sistema da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A. integrará a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação da operação é o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, com o qual foi celebrado o respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST nº 014/2012, em 21 de maio de 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Conforme Contrato de Concessão, a prestação do serviço de transmissão se dará mediante o pagamento de Receita Anual Permitida a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial, reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

No exercício, a empresa obteve um resultado operacional líquido de R\$ (740).

Em complemento às demonstrações contábeis previstas na Legislação Societária, estamos apresentando, conforme Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Demonstração do Valor Agregado, O Balanço Social e o Relatório de Responsabilidade Sócio-Ambiental, introduzido através do Despacho SFF/ANEEL nº 3.034, de 26 de dezembro de 2006, será divulgado em exemplar à parte. Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

	Nota	2012	2011		Nota	2012	2011
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	602	376	Obrigações sociais e trabalhistas		43	37
Tributos a recuperar		18	-	Fornecedores	6	3.870	-
				Outras contas a pagar		19	1
Total do ativo circulante		620	376	Total do passivo circulante		3.932	38
Ativos diferidos				Não circulante			
Tributos diferidos		-	21	Impostos diferidos		173	-
Ativo financeiro - concessões	5	5.518	-	Partes relacionadas		1	-
Imobilizado		24	-	Total do passivo não circulante		174	-
Total do ativo não circulante		5.542	21	Patrimônio Líquido			
		6.162	397	Capital social	7	2.837	400
				Prejuízo acumulado		(781)	(41)
				Total do patrimônio líquido		2.056	359
						6.162	397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social		
Integralização de capital 05/10/11	400	-	400
Prejuízo do período	-	(41)	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	400	(41)	359
Integralização de capital social	2.437	-	2.437
Prejuízo do exercício	-	(740)	(740)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.837	(781)	2.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

	2012 (12 meses)	2011 (3 meses)
Resultado do exercício	(740)	(41)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(740)	(41)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Em milhares de Reais)

	2012 (12 meses)	2011 (3 meses)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(740)	(41)
Varição dos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(18)	-
Fornecedores	3.870	-
Tributos e contribuições sociais	14	37
Outros passivos	6	1
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	3.132	(3)
Imposto de renda e contribuição social	173	(21)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	3.305	(24)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Ativo financeiro	(5.492)	-
Imobilizado	(24)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	(5.516)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	-	400
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.437	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	2.437	400
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	226	376
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	376	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	602	376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

1-Contexto operacional

Constituída em 05 de outubro de 2011, com sede na cidade de Curitiba, situada a rua Comendador Araújo, 143 - 19º andar, a companhia tem o propósito específico de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no ANEXO 6E do Edital do LEILÃO nº 04/2011-ANEEL compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 143 km, com origem na Subestação Casacavel Oeste e término na Subestação Umuarama; pela Subestação Umuarama com transformação 230/138 kV - 300 MVA; respectivas conexões de unidades transformadoras, entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, localizadas no Estado do Paraná. A Companhia encontra-se em fase de fase pré-operacional dependendo ainda do suporte financeiro contínuo dos seus acionistas de forma a permitir a conclusão de seu plano de investimentos e, consequentemente, o início de suas operações conforme previsto no projeto para início de 2014.

2-Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira, as orientações, as interpretações e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A emissão desse conjunto de demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 25 de janeiro de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 5 - Ativo financeiro.

3-Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, caso aplicável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo.

Concessões

Ativo financeiro - Amortizável RAP

A Companhia reconhece como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCP 05.

O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infra-estrutura realizados pela Companhia.

A amortização do recebível recai no padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com

sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Essas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba o contas a receber por transmissão de energia futuras, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

Ativo financeiro - Indenizável

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (União) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final de concessão a título de indenização pelos investimentos não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infra-estrutura que serão indenizados pelo poder concedente.

Demais ativos financeiros não são circulantes.

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece todos passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

iii. Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

b. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

d. Imposto de renda e contribuição social

O regime tributário adotado para o exercício é o Lucro Presumido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas de 15% e 12% respectivamente, incidente sobre uma base de cálculo arbitrária corresponde a 8% sobre as receitas decorrentes das operações da Companhia, acrescidas das demais receitas e somado do adicional de 10% sobre excedente de R\$ 240 sobre esta base para imposto de renda e 9% sobre esta mesma base para contribuição social sobre o lucro líquido.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f. Ajustamento do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência.

g. Receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

i. Receita de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesa de

contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

ii. Receita com ativo financeiro

A receita com ativo financeiro é reconhecida na medida em que o ativo financeiro amortizável registrado no ativo circulante e não circulante é realizado, conforme prazo da concessão estipulado em contrato. O cálculo desta receita é baseado na taxa interna de retorno calculada internamente, conforme premissas definidas pela Administração.

4- Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/12	31/12/11
Caixa	214	-
Aplicações financeiras	388	376
	602	376

O montante de R\$ 388 refere-se as aplicações financeiras de renda fixa (CDB) no Banco do Brasil com rendimento de 96,5% CDI.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5- Ativo financeiro

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui os seguintes valores contabilizados como contas a receber do poder concedente:

	31/12/12	31/12/11
Ativo financeiro - amortizável RAP	3.738	-
Ativo financeiro - indenizável	1.780	-
	5.518	-

Ativo financeiro - amortizável RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida - RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão.

Ativo financeiro - indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

6 - Fornecedores

Compreende as cotas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados à atividade da Companhia.

	31/12/12	31/12/11
Fornecedores serviços	3.521	-
Fornecedores partes relacionadas	349	-
	3.870	-

7 - Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.837 (dois milhões oitocentos e trinta e sete mil reais). Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 2.437, com a subscrição de 2.437.000 novas ações, dessa forma o capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.837 o qual é representado por 2.837.000 (dois milhões, oitocentos e trinta e sete mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	Quantidade de ações	% do capital Social
Acionistas		
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.446.870	51
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.390.130	49
	2.837.000	100

Reserva legal

Calculada nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 à razão de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, limitado a 20% (vinte por cento) do capital social.

A distribuição de dividendos é com base em seu estatuto social, o qual estabelece pagamento de dividendos mínimos o brigatórios de 25%.

A distribuição de dividendos para os acionistas da empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social.

8 - Resultado financeiro

	31/12/12
Rendas de aplicações financeiras	67
Comissões e despesas bancárias	(1)
Resultado financeiro	66

9 - Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui qualquer contrato que envolvesse operações com derivativos.

	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	602	602
Ativo financeiro amortizável-RAP	-	3.738	3.738
Ativo financeiro indenizável	-	1.780	1.780
	-	6.120	6.120

10 - Remuneração do pessoal chave da administração

Em 31 de dezembro de 2012, a remuneração do pessoal chave da administração, que contempla a Direção e Conselheiros, foi de R\$ 444.

11 - Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Cobertura

Construção, fornecimento ou prestação de serviço

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA
Mário José de Mello Soares Presidente Marcos Paulo H. S. Resende Conselheiro Mauro Xavier Conselheiro	Alfonso Schmitt Diretor Presidente Valdeir José Bortage Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO FISCAL	CONTADOR
Marco Antonio de Oliveira Presidente Miguel Ângelo Salgado Conselheiro Jamir de Amorim Conselheiro	William Rodrigo Cardoso CRC/SC nº 0215280-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL
Os membros do Conselho Fiscal da Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.
Curitiba, 28 de fevereiro de 2013.
Marco Antonio de Oliveira Presidente Jamir de Amorim Conselheiro Miguel Ângelo Salgado Conselheiro